

TRANSFORM-AÇÃO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FORMAL NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E O ELO POSSÍVEL DO EMPODERAMENTO FEMININO

SILVA, João Paulo da.

Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Contato:

jps.silva@yahoo.com.br.

PIRES, Márcia Gardênia Lustosa.

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Contato:

gardenialustosa@yahoo.com.br.

LUSTOSA, Maria Anita Vieira.

Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

Contato: anita_lustosa@yahoo.com.br

RESUMO:

Após dois séculos de desenvolvimento da teoria feminista, a interligação entre os estudos pedagógicos e de gênero tornou-se um campo profícuo. Estabelecer um método educacional que possibilite a diminuição da desigualdade de gênero, transitando entre as relações sociais e culturais que fundam e sistematizam a educação, re-avaliando e discutindo os valores e hábitos androcêntricos – estereotipados durante o cotidiano –, é um objetivo comum do feminismo. Inserir os estudos de gênero na escola garante a inclusão da diversidade através da promoção do reconhecimento e cessão de força moral para reivindicação de direitos dos indivíduos que compõem o corpo discente, garantindo o empoderamento destes – especialmente, aqui, preocupa-se com o empoderamento do grupo feminino. Portanto, nessa inquirição, averiguar-se o processo educacional e elucidativo proporcionado pelo conhecimento adquirido durante o curso por que passam os jovens e adultos matriculados no EJA na cidade de João Pessoa, onde torna-se possível avaliar, através da interferência nas redes sociais do alunado, a eficácia do programa no que tange à diminuição da desigualdade de gênero.

Palavra-chaves: EJA. Mulheres. Empoderamento. Gênero. Educação.

1 Introdução

A problemática que envolve a educação em nosso país se expressa como um campo profícuo ao debate acadêmico, haja vista a materialidade das ações que se

efetivam no contexto societário recente, por meio das diversas modalidades de ensino em curso no Brasil, resultantes de uma preocupação social e política evidenciada tanto por parte da sociedade civil quanto do Estado, em recuperar uma dívida histórica com a instrução do segmento majoritário da população.

Notadamente, esse tema exige um exame mais detido quando se verifica, no contexto conflituoso de um modelo social em crise, a problemática que envolve a educação, notadamente por estar geralmente associada a dimensões e problemas sociais relevantes, que atingem a sociedade como um todo, quando esta enfrenta uma complexa realidade de desigualdade e discriminação; situações de fragilização social, pobreza, indigência, dentre outras nuances das contradições do modelo social vigente.

No panorama socioeconômico do mundo globalizado, a educação precisa ser repensada, considerando que esta é situada no seu aspecto de conservação das relações de dominância de um estrato sobre o outro, e de um sobre o outro sexo. É necessário refletir a educação na perspectiva da totalidade do real, o que exige repensar a sua função na sociedade capitalista, uma vez que esta se insere num âmbito determinado por aspectos socioeconômicos e políticos, que interferem em diversos lugares sociais.

Dessa forma, muitas são as questões que persistem e/ou emergem desse processo, como a exclusão de milhares de jovens e adultos dos ambientes educativos, a discriminação e o preconceito contra a mulher, dentre outros problemas manifestos no decurso social e histórico em nosso país.

Significativos avanços podem ser percebidos no processo histórico de reivindicação do direito a educação por diversos segmentos sociais, como nos casos anteriormente citados de exclusão de gênero e da população menos favorecida. Assim, no Brasil, milhares de jovens e adultos travam uma luta cotidiana no sentido de conquistar o direito à instrução, viabilizados no acesso e permanência à escola.

Para efeito do que discorreremos, é importante frisar os graves problemas de violência social crescentes, que afligem a sociedade. Em um universo mais particularizado, em se tratando da questão nacional, as características geográficas, políticas, econômicas e culturais configuram uma realidade peculiar à sociedade brasileira¹.

¹ No cenário nacional, no que tange ao campo das ações políticas voltadas par o segmento jovem, destacam-se, portanto, o fato de, em 1º de fevereiro de 2005, haver sido instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238 assinada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva,

Dessa forma muitas são as questões que persistem e/ou emergem e que configuram parte de um processo histórico de exclusão e discriminação de determinados segmentos sociais do no cenário educativo, como no caso dos milhares de jovens e adultos que precocemente se evadiram dos bancos escolares² e da histórica luta das mulheres para freqüentarem os bancos escolares.

As condições de vida dos milhares de jovens e adultos que tardiamente percorrem diferenciadas trajetórias de escolarização, são vinculadas às mais variadas formas de carências de natureza material e espiritual, configuradas na negação do direito a uma vida digna. Notadamente, a escolarização deficitária, se configura ainda na restrição do acesso ao lazer e a cultura, com implicações nas escolhas que fazem ao longo de suas vidas.

A esse respeito, Arroyo (2004, p. 113) assinala:

[...] os milhares de jovens e adultos que voltam à escola à noite são a expressão mais eloqüente de quão complicado é fazer escolhas entre viver, sobreviver e estudar. Esses jovens-adultos são a expressão dos seus paradoxos na construção do direito à educação.

Sob o argumento frequente de abandono da atividade escolar devido à necessidade de trabalho para complementação de sua renda familiar, o público alvo da muitos do Jovens e Adultos são impelidos pelas diversas exigências de qualificação do mercado laboral. A contraponto, e disso ensejando-se, o Estado promete fornecer crescimento a nível intelectual, além da possibilidade efetiva de cidadania, entendida como participação crítica na condução dos negócios públicos.

O objetivo é o de:

Ao pensar no tamanho quantitativo do desafio de construir uma política pública de EJA, há de buscar-se uma educação qualitativa diferente que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que reconhece a educação ao longo da vida como direito inalienável de todos (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2006, p. 53).

aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), a Secretaria Nacional de Juventude e o PROJOVEM.

² Consoante o Censo 2010 elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há um total desconcertante de 57,7 milhões de brasileiros com mais de 18 anos que não possuem ensino fundamental completo e não frequentam escola². Esse é o número de alunos, representantes de uma grande dívida educacional, que deveria ser açambarcado pelo Ensino de Jovens e Adultos (EJA), na busca de equacionar o déficit educacional de grande parte do segmento majoritário da população que não participam ativamente da vida escolar.

Em 2010, segundo o Censo Educacional realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cerca de 4,3 milhões de jovens e adultos matricularam-se no EJA³. Esses dados e propostas revelam a amplitude desse plano educacional de jovens, no contexto das demandas e das disputas do tempo presente, quando verificamos que as condições materiais concretas nas quais os jovens vivenciam suas experiências de inserção cultural, produtiva, econômica e política, configuram os agravos provocados pelo acirramento das contradições sociais.

Neste contexto, evidencia-se a luta por direitos de proteção e inclusão social desse segmento, que se efetiva, paradoxalmente, em meio à perda de direitos historicamente conquistados. Assim, o exame dos modos de interação Estado/Sociedade Civil, na sua constituição, insere-se no campo de conflitos entre atores que disputam na esfera pública orientações, ações e recursos.

O presente estudo traz, portanto, nessa inquirição, uma abordagem sobre o processo educacional e elucidativo proporcionado pelo conhecimento adquirido durante o curso por que passam os jovens e adultos matriculados no EJA na cidade de João Pessoa, onde se torna possível avaliar, através da interferência nas redes sociais do alunado, a eficácia do programa no que tange à diminuição da desigualdade de gênero.

2 Gênero e Educação: breves reflexões sobre o percurso histórico da educação feminina

Uma característica do tempo e do momento presente é o quase consenso sobre a importância da escola para a vida em sociedade, não só pela carga de informação que esta favorece aos indivíduos, mas notadamente por ser uma instituição onde as relações sociais são intensamente produzidas, articulando-se discursos e símbolos sociais que, somados a novas redes de socialização confeccionadas em sala de aula, e que fundam um comportamento sócio-cultural, efetivando e agregando valores e normas estabelecidas institucionalmente.

³ Dados de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16179, acessado em 10 de agosto de 2013.

Como aparelho ideológico (ALTHUSSER, 1985)⁴, o sistema educacional reflete e constrói a realidade ao seu redor. Dentre as ideologias que perpassam as instituições escolares, a mais amplamente difundida é a ideologia de gênero (LAURETIS, 1994)⁵, a qual divide a humanidade em dois mundos: masculino e feminino; bem como constrói papéis específicos e pouco móveis para homens e mulheres.

Por outro norte, o papel social feminino tem sido reavaliado (positivamente) desde meados do século XVIII, ora pelas feministas (dentre as primeiras, Harriet Taylor e Mary Wollstonecraft) ora pelos políticos liberais (exemplarmente, Stuart Mill e o Marquês de Condorcet), que reivindicavam a maior participação das mulheres no espaço público.

A educação foi, desde o início, o principal objeto de contenda dentro das teorias feministas – sem esquecer, por óbvio, a luta pelo sufrágio universal. Para Mary Wollstonecraft, pioneiramente, ainda no século XVIII, o caráter feminino não é natural, porém, sim, formado com o tipo de educação que às mulheres é proporcionada. Se estas fossem educadas, tais quais os homens, para tornarem-se cidadãos, assim efetivamente seriam (NYE, 1988).

Após dois séculos de desenvolvimento da teoria feminista, a interligação entre os estudos pedagógicos e de gênero tornou-se um campo profícuo. Estabelecer um método educacional que possibilite a diminuição da desigualdade de gênero, transitando entre as relações sociais e culturais que fundam e sistematizam a educação, re-avaliando e discutindo os valores e hábitos androcêntricos – estereotipados durante o cotidiano –, é um objetivo comum do feminismo.

Inserir os estudos de gênero na escola garante a inclusão da diversidade através da promoção do reconhecimento e cessão de força moral para reivindicação de direitos dos indivíduos que compõem o corpo discente, garantindo o empoderamento destes – especialmente, aqui, preocupa-se com o empoderamento do grupo feminino.

Averiguando o processo educacional e elucidativo proporcionado pelo conhecimento adquirido durante o curso por que passam os jovens e adultos matriculados no EJA na cidade de João Pessoa, é possível avaliar, através da

⁴ Foi de inestimável avanço a teoria da ideologia elaborada por esse autor, especialmente para as teorias de gênero. Consoante Louis Althusser: “só há prática de e sob uma ideologia”. (ALTHUSSER, 1985).

⁵ O conceito de “ideologia de gênero”, bem como o de “tecnologia de gênero”, foi desenvolvido por Teresa de Lauretis com espeque na produção teórica de Michel Foucault e Louis Althusser, na tentativa de demonstrar que o gênero não é natural, todavia, sim, produzido institucionalmente. (LAURETIS, 1994).

interferência nas redes sociais do alunado, a eficácia do programa no que tange à diminuição da desigualdade de gênero. Examinar se a educação fornecida às mulheres que ingressaram no curso retrocitado tem tido acesso a um projeto político pedagógico “libertador”, que transforme a realidade feminina no sentido de questionar os papéis tradicionais e forneça novas perspectivas de gênero, é fundamental para conhecer os nortes do empoderamento feminino.

3 Construindo o Empoderamento Feminino

A diferença entre os sexos significa não só a distinção de uma política reprodutiva da vida sexual oriunda da expressão gonádica originária de um ser humano, contudo, outrossim, representa, ainda mais, multidões inteiras. A partir dessa premissa, o movimento feminista expandiu-se, desde o século XVIII, da luta pelo sufrágio universal e igual acesso à educação para homens e mulheres à crítica epistemológica da Ciência (BARRET, 1999).

Desde *Uma Defesa dos Direitos da Mulher* (1790), de Mary Wollstonecraft, aos estudos de Judith Butler, há mais de dois séculos de estudos sobre as relações de gênero, cujas disceptações centrais são o modelo social de subordinação da mulher⁶ e o emparelamento destas no espaço privado⁷.

É cediço que um dos grandes êxitos das teorias feministas foi compreender como exatamente se dá a relação social entre os gêneros, *i.e.*, tornar pública a maneira como a diferença sexual estabelece, também, uma diferença de expectativas e papéis sociais (não à toa) hierarquizados (SCOTT, 1990). Isso só foi possível por meio da

⁶ Pierre Bourdieu entende a desigualdade de gênero como um problema de dominação. Para ele, a dominação se dá a partir da incorporação da ideologia dominante pelo ser dominado, de modo que não se sente prejudicado pelo poder que o subjuga. Afirma ele: “Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão” (BOURDIEU, 2003, p. 22).

⁷ Segundo a feminista e cientista política Carole Pateman, as mulheres foram excluídas do grande pacto ensejador da sociedade moderna: o contrato social. A dicotomia público/privado foi recriado pelo liberalismo de modo que persistiu, no entanto, a antiga hierarquia do público sobre o privado e a posição de gênero nessas esferas. Há, assim, para a autora, um outro contrato que origina a esfera privada e a subordinação feminina: o contrato sexual. Referindo-se a isso, argumenta a mesma: “Uma vez que se introduz o contrato, a dicotomia pertinente passa a ser entre a esfera privada e a esfera pública, civil – uma dicotomia que reflete a ordem da divisão sexual na condição natural, que é também uma diferença política. As mulheres não têm papel no contrato original, mas elas não são deixadas para trás no estado natural – isso invalidaria o propósito do contrato sexual! As mulheres são incorporadas a uma esfera que ao mesmo tempo faz e não faz parte da sociedade civil, mas que está separada da esfera ‘civil’” (PATEMAN, 1993, 28)

transposição de paradigmas antro-po-filosóficos subliminarmente patriarcais, sobretudo a partir da concepção da categoria “gênero” em meados da década de 1960, o que permitiu explorar vias interpretativas para velhas relações humanas até pouco tempo atrás inexploradas.

Esses avanços – produtos de um longo processo político – problematizaram os princípios epistemológicos sexistas que nutriam a história das teorias ocidentais.

Historicizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento (SCOTT, 1994, p.25-26).

Teorias feministas foram elaboradas com o veemente discurso de parcialidade a fim de desestabilizar os códigos patriarcais construídos sob o manto de neutralidade (BARRET, 1999). Elas desconstroem e remodelam velhas teorias, trazendo à tona novos campos de análise.

Esta inquirição parte do novo e amplo espaço teórico supradescrito e pensa a educação como meio de transformação social, centrando-se em novas ações e perspectivas para reestruturar os padrões educacionais vigentes.

Desvendando as amarras androcêntricas da sociedade, a problemática da pesquisa orienta-se no sentido de analisar novas possibilidades de políticas pedagógicas para promoção da igualdade de gênero, por intermédio do poder elucidativo que possui a educação.

Nesse ponto, assume importância o papel da subjetividade. Hodiernamente, percebe-se primordial alterar de maneira positiva a relevância do conteúdo subjetivo dos fatos, bem como dos “sistemas maquínicos” (GUATTARI; 1993) produtores do *self*, isto é, dos sistemas ideológicos constituintes do sujeito – que agem institucionalmente – , incitando uma novel compreensão de uma nova, inobstante velha, força revolucionária: a subjetividade.

É nessa esteira que a temática possui relevância tanto social quanto acadêmica. Para tanto, é necessário compreender as relações de poder que constroem a diferença entre os sexos, visando identificar no sistema pedagógico (um “sistema maquínico” produtor de subjetividades) um persuasivo meio de formação do papel social das mulheres.

Através do estudo do empoderamento, propõe-se discutir a participação da escola no fortalecimento intelectual das mulheres no sentido de gerar autonomia para estas no modo de ver e julgar os fatos ao seu redor (procedimento aqui chamado de tomada de consciência), especialmente no que tange a sua posição na sociedade. Esse processo é garantido por meio de desconstruções realizadas a partir do poder reflexivo que habita a aprendizagem educacional.

Segundo Perkins e Zimmerman (1995, p.1), o empoderamento é “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. Trata-se da construção de organizações e comunidades responsáveis através do processo transformador que cada indivíduo obtém mediante a tomada de consciência e que gera uma maior democratização da comunidade, mudando os arranjos sociais de maneira que atribui a cada sujeito uma compreensão de seu ambiente social de forma crítica e emancipadora.

O empoderamento das mulheres é a reação libertadora ao exercício do poder patriarcal. Significa uma transformação na estrutura de dominação das redes e instituições tradicionais, no que se refere ao controle do corpo, da autonomia e da sexualidade.

É sobre a relação da educação e do empoderamento como processo de emancipação e de conscientização crítica da mulher que versa este projeto. O propósito é examinar de que modo o fato desta estar inserida no programa EJA, que promete ser ampliado, vem transformando a forma de viver dessas jovens e adultas e iluminando a discussão sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea.

Da importância do que aqui se escreve, preocupar-se-á na forma de tratar o tema da dominação, posto que, conforme afirma Pierre Bourdieu em seu livro sobre a dominação masculino:

A divulgação da análise científica de uma forma de dominação tem necessariamente efeitos sociais, mas que pode ser de sentidos opostos: ela pode reforçar simbolicamente a dominação, quando suas constatações parecem retomar ou recortar o discurso dominante (cujos veredictos negativos assumem muitas vezes os contornos de um puro registro comprovante), ou contribuir para neutralizá-la, à maneira da divulgação de um segredo de Estado, favorecendo a mobilização das vítimas. Ela está, portanto, exposta a toda sorte de mal-entendidos, mais fáceis de serem revistos que de serem de antemão dissipados. (BOURDIEU, 2003, p. 135)

Portanto, apesar de vivenciar o exurgimento de novos caminhos, ainda muitos símbolos apontam para uma silenciosa heteronormatividade. Como indica Bourdieu, a dominação masculina está fixada de forma tão profunda na sociedade ocidental que sequer necessita de justificação. Dessa forma, ela impõe a si mesma como se fosse uma construção natural. Através do *habitus*, Bourdieu apresenta as estruturas ancoradas por trás do panorama social; é através dessa ferramenta que interpretam-se as experiências simbólicas atuantes nos campos sociais, sendo ela subsídio para entender como a dominação masculina é ainda profundamente incrustada na sociedade hodierna, de forma a se auto evidenciar como justificável e naturalmente permissível.

O *habitus* constrói-se como um item concomitantemente social e individual, que se refere a um grupo ou mesmo a uma classe, contudo também ao elemento individual. O processo de interiorização do *habitus* consiste sempre na incorporação da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva – no entanto, não pertencendo exclusivamente ao domínio da individualidade.

Em essência, a ideia de *habitus* quer recuperar uma noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo o campo social, levando em consideração as experiências acumuladas no curso das trajetórias individuais. O que seria considerado o *habitus* individual, são produtos de condições específicas produzidas por sistemas de disposições e por trajetórias diferenciadas em campos distintos como a família, a escola, o trabalho, a igreja, etc. *Habitus*, como indica Bourdieu, é o produto de uma incorporação silenciosa e maciça de um poder que leva os sujeitos a interpretar as relações do dominante/dominado como uma expressão normal.

As experiências se integram na unidade de uma *biografia sistemática* que se organiza a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposição individuais *variantes estruturais do habitus* de grupo ou de classe [...]. O estilo *peçoal*, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo *habitus*, práticas ou obras, não é senão um *desvio*, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao estilo próprio a uma época ou a uma classe. (BOURDIEU, 1983, p.80-81)

Para Bourdieu (2010), a visão androcêntrica é continuamente legitimada através de práticas sociais que a determinam. Dessa forma, a dominação masculina se encontra como um agir universalizado de forma objetiva e estruturante nas atividades sociais, reproduzindo e disseminando determinada violência simbólica. Nos esquemas

estruturais do *habitus*, formam-se “matrizes de percepções”, construções discursivas que se materializam em demonstrações de poder determinando o pensamento e ações de grande parte da sociedade.

Tratar da libertação é, por consequência, tratar outrossim, da dominação, o que parece produzir, no mesmo nível, idênticos efeitos sociais.

Analisando os discursos atribuídos ao processo educacional, assim como observando as experiências individuais e coletivas que marquem esse processo de possível tomada de consciência e de emancipação das mulheres nesse programa, procurou-se realizar uma etnografia de caráter qualitativo e de cunho descritivo, preocupando-se com a relação entre representações e práticas sociais no processo de construção/reconstrução do lugar e do papel da mulher nas relações estabelecidas dentro da sala de aula e na sociedade global. Aqui, utilizar-se-á da análise de discurso como principal instrumento metodológico.

Por “discurso” entende-se a fala normatizada e contextualizada de que se utilizem (e que utilizam⁸) os indivíduos. Nesse sentido, declara Michel Foucault:

(...) suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2002, p. 4)

Essa opção teórico-metodológica sofreu grandes avanços com o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Estas correntes teóricas descobriram no discurso não um ledor veículo para a expressão de ideias, todavia, indo além, enxergaram neste um meio inexorável de exercício de poder, o qual trata de reprimir, regular e estimular a construção de significados e expressar, bem como construir, a cosmovisão de cada indivíduo. O discurso revela as ideologias que o antecedem e o constituem.

Notas conclusivas

Atualmente vivencia-se a crescente participação feminina na vida em sociedade. Tal mudança decorre, em grande parte, por ocasião das transformações

⁸ Foucault afirma que “no momento de falar uma voz sem nome” o “precedia há muito tempo”, remetendo ao fato da linguagem ser anterior ao sujeito falante, ao fato também de que esta a utiliza tanto quanto ela o utiliza (FOUCAULT, 2002, p. 3).

ocorridas no mundo da produção, a partir da revolução industrial, que, além de novos valores e normas de conduta, trouxeram a inserção da mulher na esfera socioeconômica. Revela-se o fato de que, em meio às consideradas conquistas, tal situação demanda outras exigências para as mulheres e, igualmente, muitas dificuldades a serem enfrentadas, como a discriminação e o preconceito de ordens diversas.

É verdade que as transformações ocorridas nas mais variadas esferas da vida social, econômica, política e cultural acarretaram implicações significativas para a condição histórica da mulher, notadamente no que diz respeito a sua inserção na esfera produtiva. A análise mais detida desse aspecto, no entanto, pode revelar que as mudanças sucedidas na aparência fenomênica da realidade conformam a essência da exploração, do domínio e da sujeição feminina. Tal fato pode ser verificado em estudos como os de Walby e Jenson, citados por Toledo (2005), quando revelam que as relações de produção com o advento da globalização reforçam não um estado de igualdade e sim a desigualdade entre homens e mulheres.

O Estudo Trajetória da Mulher na Educação Brasileira, realizado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), revela que as mulheres são maioria entre os alunos de todos os níveis no Brasil, e que, em média elas têm de um a dois anos de estudo a mais do que os homens. Cabe considerar, todavia, a noção de que os resultados positivos no que diz respeito ao esforço de escolarização feminina não se traduzem em melhor posição para a mulher no mercado de trabalho, pois os salários pagos a elas retribuídos ainda são, em média, 30% menores dos que aos pagos aos homens. (JORNAL DO BRASIL, 2005).

Assim, é possível perceber que, a questão de gênero acarreta conseqüências ainda mais graves para o sexo feminino no concernente à exploração humana, pois, na maioria dos casos, mesmo tendo um nível mais elevado de escolarização, as mulheres ainda se encontram em situação inferior, tanto no tocante ao desemprego como no que diz respeito a retribuição financeira pelo seu trabalho.

É oportuno considerar que, com o desenrolar histórico, a necessidade de instrução e de educação femininas configurou-se como via possível de “libertação” do estado social imposto às mulheres. O que poderia, porém, ser um mecanismo capaz de romper com a subordinação e a contingência submissão social a que estavam relegadas e/ou uma possibilidade de ascensão social, tornou-se mais um instrumento opressor do

que de libertador, pois o tipo de educação ministrada no modelo social capitalista direciona-se no sentido de manter a hegemonia vigente.

Portanto, pensar a educação numa perspectiva emancipadora, na perspectiva do empoderamento feminino, pressupõe romper com um modelo de sociedade opressivo e baseado na exploração humana. Assim, no que é pertinente à condição feminina, nesse modelo de sociabilidade, percebe-se que todos os esforços foram direcionados não para uma formação humana mais geral da mulher, como gênero humano, mas com a preocupação de que esta aceitasse sua submissão e a conformação social.

Referências:

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo registra 51,5 milhões de matriculados em 2010**, 20 dez. 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16179>, acesso em: 10 de agosto de 2011.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985, 2ª ed..

BARRET, Michelle. As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, v. 7, nº 1 e 2, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Plano estadual de educação: 2006-2016**. Julho de 2006.

GUATTARI, Félix. Da produção de subjetividade. In PARENTE, André (org.). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

NOGUEIRA, Cláudia Mazei. **A Feminização no Mundo do Trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERKINS, D. D.; ZIMMERMAN, M. A.. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23, n. 5, 1995, p. 569-79.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

_____. **“Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.”** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

WEBER, Demétrio. Matrículas na educação de adultos caem 14,9%. **O Globo**, 11 fev. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/02/11/matriculas-na-educacao-de-adultos-caem-14-9-923783249.asp>>. Acesso em 10 de agosto de 2011.